

# SUMÁRIO

## TÍTULO I – Fundamentos

- I O Direito Penal no Estado de Direito
  - I Direito e Direito Penal
    - 1 Considerações introdutórias
    - 2 Positivismo e Direito Penal
  - II Direito Penal e Estado de Direito
  - III As bases para a interpretação do Direito Penal
    - 1 A vinculação constitucional
    - 2 Proporcionalidade e sua dupla face
  - IV A dogmática penal
  
- II Funções e justificações do Direito Penal
  - I Funções do Direito Penal e o bem jurídico
    - 1 Funções da pena e funções do Direito Penal
    - 2 O bem jurídico como objeto de proteção
    - 3 Conceito e funções
    - 4 Para além e/ou no entorno do bem jurídico
    - 5 Evolução e síntese
  - II Teorias da pena
    - 1 Teorias retributivas
      - 1.1 Considerações críticas
    - 2 Teoria da expiação
    - 3 Teorias preventivas
      - 3.1 Teoria da união dialética, em Claus Roxin
      - 3.2 A concepção de Günther Jakobs
      - 3.3 Síntese crítica e a legislação nacional
    - 4 As teorias que desconstroem a legitimidade da pena
    - 5 As medidas de segurança
  
- III Balizamentos metodológicos
  - I Sistemas penais
    - 1 A importância do sistema na dogmática penal
      - 1.1 Considerações iniciais
      - 1.2 A construção e a necessidade do sistema jurídico
    - 2 Sistemas penais
      - 2.1 O sistema clássico ou causal: Von Liszt e Beling
      - 2.2 O sistema neoclássico (ainda da ação causal) e o neokantismo
      - 2.3 O sistema da ação final de Hans Welzel
      - 2.4 O funcionalismo

- 2.4.1 Antecedentes e referências gerais
  - 2.4.2 O funcionalismo penal
  - 2.4.3 O sistema funcional teleológico de Roxin
  - 2.4.4 O modelo sistêmico de Jakobs e também seu Direito penal do inimigo
  - 2.4.5 Direito penal de velocidades?
  - 3 Considerações conclusivas
- IV A estruturação dos princípios
- I Princípios/postulados fundamentais
    - 1 A intervenção mínima: o caráter fragmentário e subsidiário da ilicitude penal
    - 2 Lesividade/ofensividade e bem jurídico: princípio geral
      - 2.1 A potencialidade lesiva (concreta) da conduta
    - 3 O princípio da insignificância
    - 4 O princípio da legalidade e a reserva legal
      - 4.1 A proibição de analogia *in malam partem*
    - 5 A irretroatividade da lei penal
    - 6 Legalidade estrita e taxatividade
    - 7 Princípio da legalidade e Medidas Provisórias
    - 8 Princípio da dignidade humana
    - 9 Princípio da responsabilidade pessoal

## TÍTULO II – AS LEIS E AS NORMAS PENAIS: ESTRUTURA E APLICAÇÃO

- V As normas penais
- I As normas, as leis e o Direito: breves apontamentos
    - 1 As normas incriminadoras e seu caráter subsidiário
    - 2 Normas penais não incriminadoras
    - 3 Normas (ou leis?) penais em branco
    - 4 Fontes para o Direito Penal: costumes, isonomia e decisões judiciais
    - 5 Concurso aparente de normas, de tipos ou de crimes
- VI Interpretação e aplicação
- I A interpretação e o intérprete
  - II A proibição do excesso e o Direito Penal
  - III A máxima efetividade na proteção dos direitos e Direito Penal
  - IV A analogia em matéria penal
- VII Leis penais no tempo
- I Vigência, validade e eficácia
  - II Irretroatividade e retroatividade da lei penal
    - 1 Aplicação parcial de leis no tempo
    - 2 Leis de natureza mista (penais e processuais) no tempo
  - III A *abolitio criminis*
    - 1 Retroatividade benéfica da jurisprudência
  - IV Leis temporárias e leis excepcionais: a ultratividade
  - V *Vacatio legis*
  - VI Revogações/alterações parciais e a unidade do sistema
  - VII O tempo do crime

VIII Os prazos no Direito Penal

VIII Leis penais no espaço

- I Lugar do crime
- II Territorialidade
- III Imunidades e inviolabilidades diplomáticas e consulares
- IV Imunidades materiais e imunidades processuais
  - 1 Condenação criminal de agentes políticos: suspensão dos direitos políticos e perda do cargo
- V A extraterritorialidade
  - 1 Princípios gerais
  - 2 Extraterritorialidade incondicionada
  - 3 Extraterritorialidade condicionada
- VI Pena cumprida no estrangeiro
- VII Extradicação
- VIII Tribunal Penal internacional

TÍTULO III – TEORIA DO DELITO

IX O conceito de crime

- I Princípio do *ne bis in idem*
- II Conceito de crime
  - 1 Conceito formal
  - 2 Conceito material
  - 3 Conceito analítico ou dogmático
- III Definições importantes
  - 1 Título do delito
  - 2 Tipo penal
  - 3 Bem jurídico
- IV Classificação das infrações penais
  - 1 Crime e contravenção
  - 2 Classificação doutrinária
    - 2.1 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos
    - 2.2 Crimes comuns, especiais (próprios e impróprios) e de mão-própria
    - 2.3 Crimes materiais, formais e de mera conduta ou atividade
    - 2.4 Crimes instantâneos, instantâneos de efeitos permanentes e permanentes
    - 2.5 Crimes comissivos, omissivos próprios (ou puros) e omissivos impróprios (ou comissivos por omissão)
    - 2.6 Crimes de dano e de perigo
    - 2.7 Crime exaurido
    - 2.8 Crimes simples e complexos
    - 2.9 Crimes qualificados e privilegiados
    - 2.10 Crimes progressivos e progressão criminosa
    - 2.11 Crime doloso, culposo e preterdoloso
    - 2.12 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes
    - 2.13 Crime habitual
    - 2.14 Crimes uniofensivos e pluriofensivos
- V Os requisitos do fato punível

- 1 Conduta
- 2 Tipicidade
- 3 Antijuridicidade
- 4 Culpabilidade
- VI Da conduta
  - 1 Considerações gerais
  - 2 Teorias da ação
    - 2.1 Teoria causal da ação
    - 2.2 Teoria finalista da ação
    - 2.3 Teoria social da ação
  - 3 Formas de conduta
    - 3.1 Comissiva
    - 3.2 Omissiva
      - 3.2.1 Omissiva própria
      - 3.2.2 Omissiva imprópria ou comissiva por omissão
  - 4 Da ausência de conduta
  - 5 A responsabilidade penal da pessoa jurídica
    - 5.1 Introdução
    - 5.2 Culpabilidade da pessoa jurídica
    - 5.3 Dolo e culpa
    - 5.4 Aplicação da pena
    - 5.5 Direito brasileiro
- VII Da relação de causalidade
  - 1 Da conduta, do resultado e do nexo causal
  - 2 Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou da equivalência das condições (*conditio sine qua non*)
    - 2.1 Concausas
      - 2.1.1 Causas absolutamente independentes em relação à conduta do sujeito
      - 2.1.2 Causas relativamente independentes em relação à conduta do sujeito
  - 3 Causalidade e omissão própria
  - 4 Causalidade e omissão imprópria
  - 5 Crime comissivo de resultado e a teoria da imputação objetiva do resultado
  - 6 Teoria da causalidade adequada
- VIII Considerações sobre a teoria da imputação objetiva
  - 1 Material de casos
  - 2 Evolução e alcance da teoria da imputação objetiva
    - 2.1 Fórmula
    - 2.2 Evolução
    - 2.3 Interrogantes
  - 3 Linhas básicas da teoria da imputação objetiva
    - 3.1 Exposição
    - 3.2 Imputação do comportamento
    - 3.3 A imputação objetiva do resultado
  - 4 Algumas conclusões
- IX Tipo e tipicidade
  - 1 Considerações iniciais
  - 2 Distinções importantes

- 2.1 Tipo e tipicidade
  - 2.2 Tipo legal e tipo de injusto
  - 2.3 Tipicidade e antijuridicidade ou ilicitude
  - 2.4 Tipicidade conglobante
- 3 Funções do tipo
- 4 Elementos do tipo
  - 4.1 Objetivos
  - 4.2 Subjetivos
- 5 Formas de adequação típica
- 6 Causas excludentes de tipicidade
  - 6.1 Princípio da adequação social
  - 6.2 Princípio da insignificância
- X Do dolo
  - 1 Considerações iniciais
  - 2 Elementos do dolo
    - 2.1 Elemento intelectual
    - 2.2 Elemento volitivo
  - 3 Teorias do dolo
    - 3.1 Teoria do consentimento ou da aprovação
    - 3.2 Teoria do assentimento
    - 3.3 Teoria do conhecimento
      - 3.3.1 Teoria da representação
      - 3.3.2 Teoria da probabilidade
  - 4 Espécies de dolo
    - 4.1 Dolo direto
      - 4.1.1 Dolo direto de segundo grau
    - 4.2 Dolo eventual
    - 4.3 Preterdolo
  - 5 Dolo e pena
- XI Da culpa
  - 1 Considerações iniciais
  - 2 Espécies
    - 2.1 Culpa consciente
    - 2.2 Culpa inconsciente
  - 3 Formas de manifestação
    - 3.1 Imprudência
    - 3.2 Negligência
    - 3.3 Imperícia
  - 4 O crime culposo e o princípio da confiança no Direito Penal
  - 5 Observações finais
- XII A tentativa
  - 1 O *iter criminis* ou também denominado caminho do crime
  - 2 Teorias sobre o início da execução. Considerações
    - 2.1 Teoria formal-objetiva
    - 2.2 Teoria objetivo-material
    - 2.3 Teoria objetivo-subjetiva

- 3 Teorias sobre a punibilidade da tentativa
  - 3.1 Teoria objetiva
  - 3.2 Teoria subjetiva
  - 3.3 Teoria subjetivo-objetiva ou teoria da impressão
- 4 Elementos da tentativa
- 5 Tentativa imperfeita ou inacabada, tentativa acabada, perfeita ou crime falho e tentativa cruenta e incruenta
  - 5.1 Tentativa inacabada ou imperfeita
  - 5.2 Tentativa acabada, perfeita ou crime falho
  - 5.3 Tentativa cruenta e tentativa incruenta
- 6 Considerações sobre alguns crimes que não admitem tentativa
  - 6.1 Crimes culposos
  - 6.2 Crimes preterdolosos
  - 6.3 Crimes unissubsistentes
  - 6.4 Crimes omissivos puros
  - 6.5 Tentativa no crime complexo. Roubo próprio e impróprio
- 7 O crime impossível no Código Penal brasileiro – art. 17
  - 7.1 Teorias
- XIII Desistência voluntária e arrependimento eficaz
  - 1 Introdução
  - 2 Desistência voluntária
  - 3 Voluntariedade da desistência
  - 4 Consequências da desistência voluntária
  - 5 Arrependimento eficaz
  - 6 Consequências do arrependimento eficaz
  - 7 Os institutos em estudo são hipóteses de atipicidade ou causas inominadas de extinção da punibilidade?
  - 8 Pontos em comum e diferenças entre tentativa, desistência e arrependimento eficaz
  - 9 Arrependimento posterior – art. 16, CP
  - 10 Requisitos
- XIV Erro de tipo
  - 1 Introdução e conceito – art. 20, CP
  - 2 Formas de erro. Erro de tipo essencial e erro de tipo acidental
  - 3 Erro de tipo nas leis penais em branco
  - 4 Discriminantes putativas – art. 20, § 1º, CP
  - 5 Erro provocado por terceiro – art. 20, § 2º, CP
  - 6 Erro acidental
  - 7 Erro sobre objeto – *error in objecto*
  - 8 Erro sobre pessoa – *error in persona*
  - 9 Erro na execução – *aberratio ictus*
  - 10 Resultado diverso do pretendido – *aberratio criminis*
- XV Antijuridicidade
  - 1 Antijuridicidade e injusto
  - 2 Antijuridicidade formal e antijuridicidade material
  - 3 Estado de necessidade
    - 3.1 Conceito

- 3.2 Requisitos do estado de necessidade
- 3.3 Estado de necessidade defensivo e estado de necessidade agressivo
- XVI Legítima defesa
  - 1 Agressão (atual ou iminente) injusta
    - 1.1 Direito próprio ou alheio
    - 1.2 Utilização moderada dos meios necessários
    - 1.3 Consciência da situação justificante (elemento subjetivo)
- XVII Estrito cumprimento do dever legal
  - 1 Exercício regular do direito
  - 2 Intervenções médicas e cirúrgicas
  - 3 Violência esportiva
  - 4 Ofendículos
  - 5 Consentimento do ofendido
  - 6 Causas justas, supralegais?
- XVIII Culpabilidade
  - 1 Conceito
  - 2 Teorias da culpabilidade
    - 2.1 Concepção psicológica da culpabilidade
      - 2.1.1 Críticas
    - 2.2 Concepção normativa da culpabilidade
    - 2.3 Concepção normativa pura da culpabilidade – o finalismo
  - 3 Elementos da culpabilidade
    - 3.1 Imputabilidade
      - 3.1.1 Conceito de imputabilidade
      - 3.1.2 Causas de exclusão da imputabilidade
      - 3.1.3 Critérios ou sistemas de aferição da inimputabilidade
      - 3.1.4 Incapacidade de culpabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado
      - 3.1.5 Capacidade de culpabilidade diminuída. Semi-imputabilidade
      - 3.1.6 Consequências da inimputabilidade e da semi-imputabilidade
    - 3.2 Menoridade – os menores de 18 anos são inimputáveis – art. 27, CP
    - 3.3 Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior
      - 3.3.1 Conceito
      - 3.3.2 Fases da embriaguez
      - 3.3.3 Divisão da embriaguez
      - 3.3.4 Requisitos para que se verifique a inimputabilidade na embriaguez acidental
      - 3.3.5 Requisitos para que se verifique a redução de pena na embriaguez acidental
    - 3.4 *Actio libera in causa* – (ação livre na causa)
      - 3.4.1 Explicação
    - 3.5 Potencial consciência da ilicitude e erro de proibição – art. 21, CP
      - 3.5.1 Erro e desconhecimento da lei

- 3.5.2 Erro de proibição direto e erro de proibição indireto
  - 3.5.3 Consequências do erro de proibição. Erro de proibição inevitável e erro de proibição evitável
  - 3.5.4 Discriminantes putativas
  - 3.6 Inexigibilidade de conduta diversa
    - 3.6.1 Causas de exclusão de exigibilidade de conduta diversa ou causas de inexigibilidade de conduta diversa
    - 3.6.2 Coação moral irresistível
    - 3.6.3 Obediência hierárquica
- XIX Concurso de pessoas
- 1 Introdução
  - 2 Autoria. Teorias e conceito de autor
    - 2.1 Conceito unitário de autor
    - 2.2 Conceito restritivo de autor
    - 2.3 Teoria objetivo-formal
    - 2.4 Teoria objetivo-material
    - 2.5 Conceito extensivo de autor e a teoria subjetiva da participação
    - 2.6 Teoria do domínio do fato ou objetivo-subjetiva
  - 3 Coautoria
    - 3.1 Teoria do domínio do fato na coautoria e abrangência maior de condutas
      - 3.1.1 O organizador
      - 3.1.2 O que subjuga a vítima
      - 3.1.3 O motorista
  - 4 Autoria mediata
  - 5 Participação e teorias
    - 5.1 Teoria da acessoriedade máxima
    - 5.2 Teoria da acessoriedade mínima
    - 5.3 Teoria da acessoriedade limitada
      - 5.3.1 Espécies de participação
      - 5.3.2 Instigação
      - 5.3.3 Cumplicidade ou auxílio
  - 6 Autoria, participação e delito culposos
  - 7 Autoria e participação nos delitos omissivos
    - 7.1 Autoria colateral
  - 8 Teorias
    - 8.1 Monística ou unitária
    - 8.2 Dualística
    - 8.3 Pluralística
  - 9 Requisitos do concurso de pessoas
    - 9.1 Pluralidade de condutas
    - 9.2 Relevância causal das condutas
    - 9.3 Liame subjetivo ou vínculo psicológico entre os participantes
    - 9.4 Identidade de infração
  - 10 Cooperação dolosamente distinta
  - 11 Participação de menor importância
  - 12 Participação impunível
  - 13 Circunstâncias incommunicáveis – art. 30, CP



- 13.1 Circunstâncias objetivas
  - 13.2 Circunstâncias subjetivas
  - 13.3 Circunstâncias comunicáveis – elementares do crime
  - 14 Participação e arrependimento
  - 15 Autoria e participação nos delitos especiais – a comunicabilidade das circunstâncias elementares do art. 30 do Código Penal
    - 15.1 Colocação do problema
    - 15.2 Delitos especiais próprios e impróprios
    - 15.3 Delitos especiais como delitos de infração de dever. Classificação de Roxin
    - 15.4 A coautoria nos delitos de infração de dever
    - 15.5 Autoria mediata nos delitos de infração de dever
      - 15.5.1 Utilização de um instrumento não qualificado que obra dolosamente
  - 16 Conclusão
    - 16.1 Homicídio e lesões culposas do Código de Trânsito como delitos de mão-própria
- X Do concurso de crimes
- I Notas introdutórias
  - II Unidade e pluralidade de ações
  - III O concurso material (ou real)
  - IV O concurso formal (ou ideal)
  - V O crime continuado
    - 1 Classificações e definições conceituais
    - 2 Os critérios objetivos do *caput* do art. 70, CP
      - 2.1 Crimes da mesma espécie
      - 2.2 As condições de espaço, tempo e meios de execução
      - 2.3 Outras condições semelhantes
    - 3 Crime continuado, violência e grave ameaça: continuidade qualificada ou específica e bens personalíssimos
    - 4 Crimes culposos
    - 5 Lei nova e crime continuado
    - 6 Aplicação da pena e prescrição
- XI O concurso aparente de normas
- I Introdução
    - 1 A especialidade
    - 2 A subsidiariedade
    - 3 A consunção
    - 4 Considerações finais

#### TÍTULO IV – DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME

- XII Política criminal e a pena pública
  - I De passagem pelos modelos de política criminal
    - 1 Breve retrospectiva histórica
      - 1.1 Teoria das janelas partidas (quebradas) e tolerância zero
    - 2 Considerações gerais
  - II O sistema penal brasileiro

- III Revisitando a pena pública
  - 1 Apontamentos
  - 2 Funções e teorias legitimadoras da pena
- IV Das espécies de pena
  - 1 Da pena privativa da liberdade
    - 1.1 Pena de reclusão, de detenção e prisão simples
    - 1.2 O regime fechado
    - 1.3 O regime semiaberto
    - 1.4 O regime aberto
    - 1.5 Direitos do preso
    - 1.6 Da detração
  - 2 Das penas restritivas de direito
    - 2.1 Considerações gerais e introdutórias
    - 2.2 Da prestação pecuniária (art. 43, I, CP)
    - 2.3 Da perda de bens e valores (art. 43, II, CP)
    - 2.4 Da prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 43, IV, CP)
    - 2.5 Interdição temporária de direitos (art. 43, V, CP)
    - 2.6 Da limitação de fim de semana
  - 3 Da pena de multa
- V Aplicação da pena
- VI Da sua individualização
  - 1 Considerações gerais
  - 2 A cominação da pena, as qualificadoras, e limites máximos e mínimos
  - 3 Fixação da pena, o pedido e o contraditório
- VII A dosimetria da pena: o método trifásico
  - 1 O cálculo da pena
  - 2 A primeira fase: a pena-base e as circunstâncias judiciais
  - 3 Segunda fase: circunstâncias atenuantes e agravantes
    - 3.1 Circunstâncias agravantes
    - 3.2 Circunstâncias atenuantes
  - 4 Terceira fase: causas de aumento e causas de diminuição
  - 5 Limite máximo e unificação da pena
  - 6 O concurso de crimes
    - 6.1 Concurso material (ou real)
    - 6.2 Concurso formal (ou ideal)
    - 6.3 Crime continuado
  - 7 *Aberratio ictus* ou erro na execução
  - 8 Resultado diverso do pretendido
  - 9 Outros efeitos da condenação
    - 9.1 Efeitos não penais genéricos (comuns a toda condenação)
    - 9.2 Efeitos não penais específicos (para determinados crimes)
      - 9.2.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo
      - 9.2.2 Demais hipóteses do art. 92, II e III, CP
    - 9.3 A necessidade de decisão expressa
- VIII Da suspensão condicional da pena (*sursis*)
  - 1 A suspensão (*sursis*) a substituição da pena privativa da liberdade
  - 2 Natureza jurídica?
  - 3 Pluralidade de classificações do *sursis*

- 4 Revogação do *sursis*
- 5 Prorrogação
- IX Do livramento condicional
  - 1 Livramento e execução da pena: cabimento
  - 2 Natureza jurídica do livramento condicional?
  - 3 Revogação
- X Da reabilitação
- XI Da transação penal
- XII Da suspensão condicional do processo

## TÍTULO V – DA PERSECUÇÃO PENAL: A PUNIBILIDADE E SUA EXTINÇÃO

- XIII Da ação penal
  - I Ação penal condenatória e a transação penal
  - II A pretensão punitiva e o conteúdo do processo
  - III Ação penal pública e ação penal privada: indisponibilidade e disponibilidade
    - 1 Ação penal pública
    - 2 Ação penal privada
    - 3 Ação penal (privada?) subsidiária da pública
- XIV Da extinção da punibilidade
  - I Considerações gerais
  - II Fatos extintivos da punibilidade
    - 1 – Pela morte do agente
    - 2 – Pela anistia, graça ou indulto
      - 2.1 Anistia
      - 2.2 Graça
      - 2.3 Indulto
    - 3 – Pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso (*abolitio criminis*)
    - 4 – Pela prescrição, decadência ou preempção
      - 4.1 Prescrição
        - 4.1.1 A prescrição: conceito e fundamentos
        - 4.1.2 Pretensão punitiva e pretensão executória
        - 4.1.3 Prescrição pela pena em concreto e pela pena em abstrato
        - 4.1.4 Prescrição antes do trânsito em julgado e prescrição intercorrente
        - 4.1.5 Prescrição após o trânsito em julgado
        - 4.1.6 Prescrição retroativa e prescrição superveniente
        - 4.1.7 Prescrição em perspectiva e interesse de agir
        - 4.1.8 Cômputo e contagem dos prazos prescricionais
          - 4.1.8.1 Regras gerais
          - 4.1.8.2 Crimes contra a dignidade sexual de menores
          - 4.1.8.3 Crimes permanentes, crimes instantâneos de efeitos permanentes, crimes continuados e crimes habituais, curso material e formal de delitos
          - 4.1.8.4 No trânsito em julgado

- 4.1.9 Redução do prazo prescricional
- 4.1.10 Interrupção, causas impeditivas e suspensão da prescrição
  - 4.1.10.1 Causas impeditivas
  - 4.1.10.2 Interrupção da prescrição
  - 4.1.10.3 Suspensão da prescrição
  - 4.1.10.4 Imprescritibilidade
  - 4.1.10.5 Outras questões
- 4.2 A decadência
- 4.3 A perempção
- 5 Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada
- 6 Pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite
- 7 Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei
- 8 Outras hipóteses de extinção da punibilidade

## REFERÊNCIAS